



# DIRCEU TRAVESSO

## “VERBA PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE, SÓ ROMPENDO COM O MODELO”



Daniel Garcia

*Funcionário da Nossa Caixa desde 1984, o candidato do PSTU a Governador foi diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e integra a CUT Nacional. Começou sua militância em 1977, na Universidade Federal de São Carlos. Desde 1998, atua na construção da Rede Internacional de Solidariedade, que liga sindicatos de todo o mundo. Cidinha Lamas, também do PSTU, é a candidata a vice-governadora*

**Revista Adusp** - No Estado de São Paulo, a educação infantil de zero a seis anos ainda é uma hipótese, e a de zero a três anos nem existe. O que se vê é um atendimento indireto, terceirizado, envolvendo entidades filantrópicas e assistenciais. Qual é a proposta do candidato para viabilizar o crescimento significativo da oferta de ensino infantil?

**Travesso** - Creche pública. Não há outra possibilidade. Não tenho o dado exato de São Paulo, mas o dado do Brasil: de cada dez crianças de zero a três anos, nove estão sem creche.

As crianças que têm creche hoje são essencialmente as creches privadas, as creches particulares. Quer dizer, aqui há necessidade de criar um sistema público de educação infantil que é a criação de creches. Vamos bater com um tema recorrente em todo esse debate sobre que política e o que fazer, que é como financiar. E não há nenhuma outra possibilidade de fazer isso. Para ter creche pública é necessário reverter o modelo econômico. Esse é, na minha opinião, o grande debate que vai estar colocado nesse processo eleitoral.

**Revista Adusp** - O que justificou a municipalização do ensino foi a lei de repasse de recursos por meio do Fundef. Como o governo vai se preparar para o final da vigência do fundo, em 2006? O que vai acontecer depois?

**Travesso** - Na verdade, a municipalização é um processo de desobrigação do Estado com a educação pública. Ou seja, por trás do discurso de descentralização e democratização, criou-se um mecanismo perverso de empurrar para os municípios a crise da falta de verbas, ou seja, jogar para as comunidades. Aqui

volta a mesma discussão: tem-se que acabar com essa história do Fundef e avançar numa política de verba para a educação. É o debate do “um terço”. Não há nenhuma possibilidade de ter uma educação pública séria neste país com os elementos centrais se você não tiver um terço das verbas públicas destinadas a um projeto educacional. E, dentro disso, investimentos na escola pública. Para nós, do PSTU, o primeiro elemento é acabar imediatamente com essa coisa do Fundef. Acabar com esse processo de municipalização e trazer de volta para a mão do Estado. Isso não significa que a gestão, o debate, a articulação de política pública estadual não passe também pela relação com o município. Mas essa relação não pode ser a desobrigação em relação ao financiamento.

**Revista Adusp**- Com relação ainda ao ensino infantil e médio, há um projeto de lei na Assembléia Legislativa extinguindo a progressão continuada. O candidato pretende manter a progressão continuada nos moldes atuais, sabendo-se que sua aplicação vem sofrendo críticas da população e de especialistas?

**Travesso** - De jeito nenhum! Todos esses elementos têm a ver com o objetivo geral que tem sido a política do governo que é, mais uma vez, a retirada do Estado da prestação dos serviços essenciais públicos. A progressão continuada, da forma como está implantada, nada mais é exatamente que transformar a escola num grande depósito de crianças, sem nenhum objetivo efetivamente pedagógico, educacional, de formação, e que vai empurrando. Quer dizer, somos contra essa progressão continuada.

Outro debate seria do ponto de vista pedagógico, e é interessante ver, por exemplo, que uma das reivindicações dos professores nesta última campanha salarial é exatamente [melhorar] as condições de ensino, a volta de 20 alunos por sala, que teria a ver sim com essa possibilidade de outro modelo pedagógico, de você abolir como único modelo de avaliação a prova bimestral, semestral que seja. Um mecanismo pedagógico mais de acompanhamento. Mas isso necessitaria de professores. E na progressão continuada o objetivo é o inverso: poucos professores, cuidando de um monte de alunos, que não têm preocupação de saber o que se está aprendendo, como é que está se formando, efetivamente que educação pedagógica está sendo implantada. Mas é gente para cuidar de crianças e depois, quando chega no fim, empurra e sai da escola.

**Revista Adusp**- Como então reverter o número excessivo de alunos em salas de aula? Qual será o limite?

**Travesso** - É a reivindicação colocada pelos professores da Apeoesp nessa campanha salarial: colocar o número de 20 como limite de alunos por sala de aula. Uma sala de aula com mais de 20 crianças ou adolescentes se torna inviável, efetivamente, seja para uma conversa, discussão, debate, qualquer projeto pedagógico sério. Esse é o número que achamos correto. E que vai bater hoje, também, dentro da universidade, com a crise da FFLCH. Já não é mais a escola pública de primeiro e segundo grau de periferia, mas o modelo, com o mesmo projeto: menos verba, desobrigação do Estado, cada vez menos profes-

sores, menos qualificação... Dependendo da região, do local onde você está dando aula, já está na faixa mais ou menos de 50 alunos por sala.

**Revista Adusp**- Com relação à Lei de Diretrizes e Bases, ela prevê que até 2006 todos os professores tenham curso superior. Como o candidato pretende cumprir essa exigência? O Sr. pretende investir na criação de Institutos Superiores de Educação, tratados nas deliberações 7/2000 e 8/2000 do Conselho Estadual de Educação para a formação de professores?

**Travesso** - É evidente que não há nenhuma possibilidade de seriedade num projeto de educação se não tiver ampliação da universidade pública. E ampliação da universidade pública volta para o mesmo tema: é verba para a educação. E verba para a educação significa romper com o modelo. Eu vou puxar para outro lado o debate porque, na minha opinião, cada pergunta dessa, se nós estamos tratando como um elemento específico, vamos perder o centro do que é a crise hoje deste modelo que vai bater seja na saúde, seja na educação, em qualquer aspecto das políticas públicas. É impossível o Estado de São Paulo ter qualquer possibilidade séria, por exemplo, na formação de professores, com uma dívida que tenha saltado da faixa dos 20 bilhões de reais no ano de 1994 para aproximadamente 90 bilhões agora, sendo pagos em média, nos últimos quatro, cinco anos, em torno de 5 bilhões de reais por ano.

No Estado de São Paulo, hoje praticamente 80% das vagas nas, entre aspas, universidades, ou no terceiro grau já são de escolas privadas. Já não estão mais nas universidades

públicas, mas nas universidades privadas. Essa proliferação dos verdadeiros supermercados de ensino é a outra moeda dessa mesma política, que é a de menos verbas para a educação pública e fomentar, na verdade, a iniciativa privada.

Tem que acabar com a LDB. A LDB, na verdade, é um mecanismo, da forma como está colocada aí, dentro dessa lógica. Se você pensa “até 2006 todos os professores têm um ensino de até terceiro grau”, é uma coisa maravilhosa e deveria ser assim mesmo. O grande problema é que a LDB está fazendo isso com que proposta? Cursos à distância, diminuição do tempo... Ou seja, o projeto não é de fazer até 2006 formação efetiva dos professores. Nós temos, sim, que ter um conjunto de professores com formação universitária, a partir da universidade pública e universidade pública entendida como ensino, pesquisa, extensão, verba, contratação de professores, ampliação do número de vagas. Com efetivas condições de trabalho.

**Revista Adusp-** Agora, com relação às universidades. O Estado de São Paulo tem repassado às universidades públicas estaduais, desde 1995, o equivalente a 9,57% da arrecadação anual do ICMS. Uma vez no governo, o candidato pretende manter esse percentual? Como vê a reivindicação dos professores, funcionários e estudantes de aumento do repasse para 11%? O candidato é a favor da constitucionalização de um percentual mínimo, tal como dispõe a PEC 14/2000?

**Travesso -** Totalmente a favor. Tem que aumentar imediatamente para os 11% e, inclusive, reabrir todo o debate de conjunto sobre o

programa de verba pública e como se redireciona. Não temos nenhuma dúvida, no PSTU, que a educação é fundamental. A educação pública e a universidade pública como um projeto para o país, e isso significa dinheiro. E o dinheiro, na verdade, tem que inverter a lógica do Estado como está montado. Volto a insistir: a forma como estamos discutindo cada um dos elementos impede um debate mais geral sobre o modelo. Nós vamos cair no discurso da hipocrisia eleitoral. Desculpe, com esse mecanismo: “Que é que vai fazer com as crianças de zero a seis anos?”, respondo: “Vou criar creche!”. E ninguém vai dizer outra coisa. “Você vai dar verba para a universidade pública?”, qualquer candidato vai dizer: “Eu vou!”. “Você quer professor mais qualificado?” Qualquer candidato vai te responder: “Eu quero!”

Você vai entrar num debate pedagógico se é melhor dessa forma ou daquela, não no problema fundamental: de onde sai o dinheiro para reverter? E na minha opinião, se não se toca no problema da dívida, se não se toca na forma como está onerado o Estado, privilegiando o interesse do capital internacional, dos banqueiros nacionais, na Lei de Responsabilidade Fiscal, que na verdade é uma hipocrisia, uma farsa, de que não se pode gastar... nos Estados Unidos, o maior déficit do mundo, gasta-se mais do que se arrecada.

**Revista Adusp-** A lei da autonomia universitária desobrigou o Tesouro estadual de arcar com a aposentadoria dos professores das universidades estaduais, transferindo essa despesa para a folha de pagamento das próprias universidades, o

## **“Vinte alunos por sala, como reivindica a Apeoesp, é o ideal”**

que representa para elas um elevado dispêndio. Qual a possibilidade de, num governo do Sr., o Tesouro vir a reassumir o pagamento das aposentadorias dos docentes universitários?

**Travesso -** É isso que deve ser feito. A verba para a educação é verba para a educação. Quer dizer, a aposentadoria do professores é uma obrigação do Estado. Essa verba tem que ser colocada para o projeto educacional em andamento, não para aqueles que já trabalharam. Têm que ser respeitados, pagar aposentadoria integral, manter regimes de dedicação, acabar com essa tentativa de alterar os regimes de contratação universitária... Recentemente, a gente viu a Marta voltar a utilizar o argumento do Maluf. Aquela bandeira historicamente esteve na mão da esquerda: dizer “Não, aqui aposentadoria não conta no total da verba”. O projeto [*orçamentário da Prefeitura*] que foi aprovado não só rebaixou isso de 30% para 25%, como embute dentro dos 25% o dinheiro para pagar aposentadorias e tudo mais. Isso é um erro. Um erro crasso.

**Revista Adusp-** O atual sistema de escolha do Reitor e do Vice-Reitor das universidades públicas estaduais fere a autonomia universitária, na

**“Queremos a  
universidade como  
centro de educação,  
pesquisa e extensão”**

medida em que se baseia na decisão pessoal do governador, que exerce sua preferência dentro de uma lista triplíce eleita, por sua vez, por um colégio eleitoral restrito. O candidato estaria disposto a apoiar um sistema de escola mais democrático, por voto direto da comunidade universitária, e que se encerrasse no âmbito das universidades, sem interferência do governador?

**Travesso** - Totalmente. Autonomia universitária significa autonomia na sua gestão. E a comunidade universitária tem que decidir isso de diretor, de Reitor, de todas as faculdades, para que possa partir de um mecanismo de eleição direta e de qualidade. Esse é o conceito que eu defendo como mecanismo de gestão. Eleição direta com toda a comunidade e acabar com essa coisa de que o governador tem o poder de unguir. Há um outro debate, que não entra no problema da escolha do Reitor: como estabelecer mecanismo de relação da universidade e sua estrutura de poder com as organizações sociais. E aí, não estou tratando das grandes empresas, das multinacionais e das fundações, que é hoje a outra ponta para atacar a universidade pública. Estou tratando da relação com, por exemplo, a reforma agrária e o MST, com movi-

mentos sociais organizados.

**Revista Adusp** - O que o Sr. espera das universidades estaduais paulistas e como pensa em se relacionar com elas, se eleito governador?

**Travesso** - As universidades têm que retomar seu espaço e seu local. É com muita tristeza que a gente vê hoje, por exemplo, um Hospital das Clínicas já ter mais de 10% das vagas dos leitos reservadas para convênios privados. Com 20% do Incor. Ou todas as fundações que atravessam hoje a universidade. A universidade sempre foi um centro de debates, de discussão, de elaboração, restrito, pequeno. É necessário ampliar. E nós queremos a universidade como centro de educação, pesquisa e extensão. Na acepção dessa concepção: laica, democrática, pública. Não só como verba, mas também como debate em torno de um interesse social. Uma universidade que esteja voltada para o interesse da maioria da população, dos trabalhadores e do povo. Essa é a expectativa. Agora, é evidente que isso passa por um debate não só da universidade, mas de todo o funcionamento do conjunto de serviços públicos do Estado. A relação tem que ser de autonomia.

**Revista Adusp**- São Paulo hoje representa 30% do PIB nacional, mas não tem uma presença equivalente no cenário político e está até sub-representado no Congresso em termos da relação população-número de parlamentares. O Sr. pretende dar maior peso político ao cargo de governador de São Paulo?

**Travesso** - Não é um problema de governador ou mesmo de representação na Câmara. Eu parto da seguinte premissa: eu não sou igual ao Maluf.

A democracia burguesa parte da concepção de que somos todos iguais e de que cada um tem os mesmos direitos e isso não é verdadeiro. Então, para mim, o centro da possibilidade de representação do que é o peso de São Paulo não tem a ver com esse elemento regional de disputa com o Nordeste, o Sudeste ou com o Sul, ou com quem quer que seja. Tem a ver com representação dos trabalhadores e do povo, a criação de conselhos, de mecanismos de representação popular. Essa democracia da forma como está aí é a democracia dos ricos. Elege-se quem tem dinheiro, vai preso quem é pobre. Ou seja, quem tem dinheiro pode se eleger, pode escapar da Justiça, pode comer, pode ter acesso à educação, à saúde. Eu não entraria nesse elemento do peso regional. Não acho que o fundamental de São Paulo e o seu peso têm a ver com o tamanho desse Estado, da população concentrada aqui, a capacidade econômica. O povo de São Paulo, os trabalhadores podem efetivamente cumprir papéis como já cumpriram. Por exemplo, não é a toa que aqui começam as graves do ABC, que mudam a história no final dos anos 70. Esse é o papel que São Paulo tem. Não é o governador ou o Estado de São Paulo. É pelo tamanho da classe operária, pelo tamanho dos movimentos sociais organizados, em luta, mudar o rumo desse país e desse projeto.

**Revista Adusp**- Diante do desemprego cada vez mais agudo no Estado de São Paulo, chegando ao índice de 20% no ABC e na região metropolitana da capital, que medidas o Sr. pretende implementar?

**Travesso** - Não há uma possibilida-

de de resolver o desemprego no Brasil senão através de três medidas fundamentais: reforma agrária, diminuição da jornada de trabalho e o plano de obras públicas. Para isso, volta o debate: como arrumar o dinheiro para fazer a reforma agrária, um plano de obras públicas? Só efetivamente invertendo a lógica de funcionamento do Estado, romper com esse acordo nefasto da dívida, que destina só no Estado de São Paulo algo em torno de 5 bilhões anuais e a média vem crescendo. E deste dinheiro estabelecer um mecanismo...

E o problema da redução da jornada de trabalho: ainda hoje está uma matéria nos jornais falando do problema do campo, a automação do corte da cana. A estimativa está colocada em mais 300 mil desempregados no Estado. Quando você traz uma inovação tecnológica, efetivamente aumenta a produtividade. Mas sempre a discussão é: quem vai se apropriar desse ganho de produtividade? Na nossa opinião, isso também pode ser apropriado pelos trabalhadores como redução da jornada. Não é “inovação necessariamente demite”. Ao contrário, na nossa opinião significa que é possível trabalhar menos. E com isso manter o nível de emprego e gerar mais emprego ainda.

São medidas que poderiam começar a resolver o problema do desemprego: a reforma agrária, planos de obras públicas e a redução da jornada. Agora, isso tudo se torna absolutamente abstrato se não houver uma abertura do modelo, se não começar a taxar os bancos. É impossível ter emprego em um país onde um banco como o Itaú lucre 2,4 bilhões de reais, ou o Bradesco, como no ano passado,

lucre 2,2 bilhões de reais. Porque esse país vive da especulação e da entrega de dinheiro para banqueiro, para agiotagem nacional e internacional. A única possibilidade efetiva de criar emprego é que se rompa com esse modelo, colocar-se esse dinheiro que hoje vai pagar dívida para investir. Essa é a única possibilidade.

**Revista Adusp-** O Sr. pensa em adotar estratégias de desenvolvimento regional? Como elas poderiam combinar-se com o combate ao desemprego?

**Travesso** - É evidente que aqui no Estado você tem que pensar em uma situação completamente distinta de um Vale do Ribeira para uma região como a de Ribeirão Preto (a tal “Califórnia brasileira”) ou a Alta Paulista, onde já teve produção de café e agora também é cana. É evidente que você tem que pensar para cada região dessas — do Vale do Ribeira, de Ribeirão Preto, da Alta Paulista e da Grande São Paulo — o que é melhor do ponto de vista do plantio, de plano de desenvolvimento, de incentivo. Agora, vai bater sempre no mesmo campo: na estrutura fundiária e no poder econômico.

Para uma política de desenvolvimento regional se cantou, por exemplo, muito otimismo em relação à “Califórnia brasileira”. Vendo a mesma matéria que fala da automação do corte da cana: fundamentalmente não mudou nada. A tal “Califórnia brasileira”, que tinha uma renda *per capita* de não sei quanto, na verdade é uma grande falácia. Quem tem são os “agroboys”, os filhos dos fazendeiros. Isso na região de Ribeirão Preto, que era considerada a região do PIB, da média de

## “Reforma agrária, plano de obras e redução da jornada atacam desemprego”

renda *per capita* mais alta.

**Revista Adusp-** Há “espaço” para a reforma agrária no Estado? O Sr. tem planos de desapropriação de latifúndios e metas de assentamento de trabalhadores rurais sem terra? Que relacionamento pretende manter com o MST?

**Travesso** - Temos que começar a pergunta pelo final. O MST é um dos movimentos sociais mais importantes desse país nos últimos anos. E a relação com o MST é de total apoio à sua luta. Não vai haver reforma agrária neste país se não houver trabalhadores organizados como o MST lutando, ocupando e derrubando cerca. Descobri que na região de Iaras, onde tem um acampamento do MST, um dos donos de terra da região — além da Klabin, além das tradicionais grandes indústrias, a Votorantim — é conhecido como Zé Português, o dono da Tejofran, empresa que tem uma história vinculada ao Covas, e depois ao Alckmin, que é uma empresa de terceirização do Estado. Todo o serviço de limpeza, de terceirização, o Mário Covas passou para o seu “compadre” Zé Português.

**Revista Adusp-** Há evidências de que a sonegação fiscal é muito alta, o que acarreta perdas óbvias na conse-

cação de recursos para saúde, educação, saneamento básico, transportes, segurança pública e demais áreas sociais. De que modo o Sr. pretende enfrentar esse problema?

**Travesso** - É mais do que evidência, né? A sonegação fiscal está vinculada diretamente à corrupção, à apropriação do Estado por parte das elites dominantes. Isso é a sonegação fiscal: é a corrupção. São dois lados do mesmo mecanismo. Apropriam-se do Estado, fazem fortuna, não pagam impostos, são mecanismos de subsídio, de financiamento, de isenção fiscal. Por exemplo, no caso agora das elétricas. Então para pagar a possibilidade de prejuízo você aumenta a conta dos trabalhadores, enquanto é um seguro para garantir o lucro das empresas. Aparentemente estamos falando de sonegação, e entrei com outro tema. Mas na minha opinião tem a ver com a mesma estrutura. Por que não se estabelecem mecanismos de controle? Era possível hoje você diminuir muito a sonegação? Evidente! Isso não é feito porque tem um interesse de classe. A sonegação tem interesse de classe. Quem sonega são as classes dominantes e a grande burguesia. Não é o trabalhador assalariado, seja ele terceirizado, seja precário. Não é este que está sonegando.

**Revista Adusp**- O colapso do setor elétrico não só causou enorme sacrifício para a maior parte da população brasileira, como provocou uma retração da economia, em razão do racionamento e da majoração das tarifas. Diante do importante parque de geração elétrica existente no Estado, e da necessidade de impulsionar

o crescimento econômico, que medidas poderiam ser adotadas pelo futuro governo estadual para evitar uma nova crise de abastecimento?

**Travesso** - Investimento. Em primeiro lugar reestatizar o sistema elétrico. Todo ele. Trazer de volta para o controle do Estado. É uma aberração que um serviço essencial como a geração e o fornecimento de energia seja transferido para a iniciativa privada. Ponto dois: não há a possibilidade de reverter isso sem começar pela reestatização e, a partir daí, investimento. O Estado tem que botar dinheiro, pensando qual é a demanda, qual é a taxa de crescimento da economia. Tirar da mão da iniciativa privada, trazer as elétricas, as distribuidoras e as geradoras de volta para a mão do Estado. E é estatização sem indenização. Já ganharam dinheiro demais. É botar para fora os bucaneiros que vieram assaltar o ganho e o patrimônio público do Estado.

**Revista Adusp**- O Sr. dará continuidade à política de privatizações praticada desde 1994? Qual é o futuro da Nossa Caixa, único banco de que o Estado dispõe atualmente?

**Travesso** - Não é só não dar continuidade à política de privatização. É reestatizar todas as empresas que foram entregues para a mão da iniciativa privada. Doadas, na verdade, num dos maiores processos de entrega e corrupção. Todo o processo de privatização desse país, qualquer um em que você mexer, começam a aparecer os elementos podres no ar, o cheiro do que foi a rapinagem feita pelo aparato de Estado. Então a primeira coisa é reestatizar todas as empresas privatizadas, as rodovias, parar com

essa maluquice dos pedágios, como é estabelecido hoje. Há que trazer de volta e mais: estabelecer um processo de apuração, uma auditoria sobre todas essas privatizações, para punir. Não tenho nenhuma dúvida que aqui vai abrir escândalos grossos — de favorecimento, de roubo, punição de todos os responsáveis por isso.

A Nossa Caixa: não há possibilidade de um Estado ter efetivamente política econômica, alavancar economia, se não tiver um banco público que possa ter uma função social. Hoje efetivamente a Nossa Caixa não cumpre esse papel social, porque ela também, assim como a universidade, está sendo utilizada em função dos interesses privados.

Agora foi aprovado na Assembléia Legislativa um projeto perverso, porque estabeleceram um mecanismo de criar sete subsidiárias e vender 49% das ações da Nossa Caixa. Na verdade você transfere para a iniciativa privada o controle efetivo do banco sem ainda transferir a maioria do capital. O que é um outro mecanismo de privatizar. Então, suspensão imediata desse processo, e fortalecer a Nossa Caixa como banco público.

Além da Nossa Caixa tem o problema da volta do Banespa. Pensar a Nossa Caixa, pensar o Banespa de volta para a mão do Estado, como bancos que possam ter projetos sociais, função social. O banco público tem que ser um mecanismo de investimento também, um mecanismo em que a sociedade pense para onde ela destina sua poupança, que setores são importantes ela bancar. Habitação popular, moradia, saneamento básico. Ou seja, a partir da poupança pensar esse modelo.